

A Relevância dos Indicadores Financeiros, Econômicos e de Gestão em uma Associação sem Fins Lucrativos com base na Atuação Social no Período de 2017 a 2019

Alessandra Canela
Prof.^a M.a. Sinara Jaroseski
2020-4

Resumo

A busca por disponibilizar benefícios coletivos na sociedade visando suprir as desigualdades e dificuldades de acesso a serviços básicos no país, com fundamento em projetos sociais sem fins lucrativos, caracterizam as organizações reconhecidas como de terceiro setor. A Associação Mão Amiga, localizada em Caxias do Sul – RS, foi fundada no ano de 2009, iniciando suas atividades a partir de um projeto social voltado ao auxílio de crianças que não foram contempladas com vagas em escolas de educação infantil públicas do município, realizando o pagamento de parte da mensalidade em instituições privadas com motivação no alto índice de crianças em vulnerabilidade social. Nesse sentido, por meio de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, objetivou-se avaliar os indicadores financeiros, econômicos e de gestão com maior relevância para a associação entre os anos de 2017 a 2019, averiguando o impacto social e monetário, com exemplo nas doações e incentivos governamentais captados como principais fontes de recursos. A partir das demonstrações e informações contábeis coletadas, foram elaborados dados considerando sua atuação social, concluindo-se assim a compreensão do impacto das atividades no cenário do município, sua relação com os crescentes valores recebidos para o custeio das ações que administra e para gestão de sua continuidade, constatando também a evolução e criação de novos projetos sociais durante o decorrer dos anos e a importância de sua divulgação, atingindo o propósito de contribuir com a transparência e evolução contábil do terceiro setor, a fim de auxiliar cada vez mais a credibilidade das organizações sem fins lucrativos.

Palavras-chave: Contabilidade. Terceiro setor. Associação. Indicadores. Atuação social

1 Introdução

A análise das demonstrações contábeis de forma financeira e econômica tem como objetivo prover aos usuários informações e entendimento sobre operações, patrimônio, desempenho, fluxos de caixa e perspectivas futuras que não estão de forma explícita à disposição nas mesmas (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, existem métodos diversos para realizar análises no âmbito contábil; normalmente, a informação que é desejada é o fator determinante dos indicadores e meios que serão aplicados para atingir o conhecimento esperado. A análise pode ser utilizada como instrumento tanto por profissionais da área contábil como para a população que possui interesse em entender as mutações e variações que ocorrem no decorrer de períodos e atividades de entidades englobadas nos demais setores existentes.

Em conformidade com Portulhak *et al.* (2017), as organizações conceituadas como de terceiro setor são consideradas uma reação da sociedade frente às adversidades ocasionadas por crises econômicas, declínios de políticas sociais e da propagação do bem-estar social. Dentro deste vasto grupo, as associações são caracterizadas pelo Código Civil de 2002, que cita: “Art.

53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002, Art. 53).

Nesse sentido, Paes (2018, p. 12) afirma que:

Sabidamente, entidades de interesse social são todas aquelas associações sem fins lucrativos, que apresentam em suas finalidades estatutárias objetivos de natureza social e assistencial. [...] São constituídas visando atender os interesses e necessidades de pessoas indeterminadas, ou à sociedade em geral, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura, sendo este seu requisito para caracterizar uma associação como uma entidade de interesse social.

Assim, as entidades de interesse social têm ganhado mais visibilidade no decorrer dos anos, conforme são estabelecidos no país projetos que atuam em benefício ao público que possui dificuldade de acesso a serviços básicos, como educação e saúde. Em face dessa realidade, a importância da correta prestação e gestão de contas das associações sem fins lucrativos torna-se um tópico recorrente para os usuários e parceiros que buscam confiabilidade, e os prestadores a credibilidade. Conforme Tondolo *et al.* (2016), a transparência do terceiro setor tem se transformado em uma realidade decisiva com base no crescimento da preocupação da gestão, financiadores e pela atenção da sociedade, fundamentada pelos escândalos recentes envolvendo corrupção e desvios de recursos, como doações.

Diante disso, o artigo busca responder a seguinte questão: Qual a relevância dos indicadores financeiros, econômicos e de gestão em uma associação sem fins lucrativos, considerando sua atuação social no período de 2017 a 2019? Tendo como objetivo principal avaliar a relevância dos indicadores financeiros, econômicos e de gestão em uma associação sem fins lucrativos, considerando sua atuação social no período de 2017 a 2019. Buscou-se evidenciar a importância da associação por meio da descrição da atividade realizada, bem como analisando os indicadores de gestão, financeiros e econômicos da associação nos períodos estudados, identificando o impacto social da associação na população nos períodos a serem analisados, e ainda sugerindo melhorias a partir do estudo para proporcionar aprimoramento na gestão e nas atividades, visando ao progresso de seus objetivos sociais.

Em virtude das lacunas que são supridas pelas empresas de terceiro setor na sociedade e todas as pessoas que são beneficiadas com os serviços de interesse social prestados pelas entidades sem fins lucrativos existentes, faz-se necessária a informação sob a perspectiva contábil da relevância da análise financeira, econômica e de gestão para o desenvolvimento da formação de alternativas que busquem a solução de problemas, propósito do surgimento dessa categoria de atividades, justificando-se, assim, a realização deste estudo.

O enfoque da pesquisa em nível acadêmico e profissional apresenta a autenticidade do tema para as análises na contabilidade, considerando o impacto social e monetário que a teoria em questão salienta. Por estar englobada no âmbito econômico, com exemplo nas doações de pessoas físicas e incentivos governamentais captados como principais recursos, a profissão contábil tem notoriedade na prestação e na transparência de tais informações.

Além da parte introdutória, este artigo está estruturado em mais quatro seções. A segunda seção busca realizar uma revisão teórica sobre as categorias de setores e as entidades que são abrangidas por estes, bem como as entidades de interesse social, o impacto social destas, os aspectos contábeis e a análise das demonstrações do terceiro setor. A terceira seção tem o objetivo de apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. A quarta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados e, por fim a quinta, a conclusão.

2 Referencial Teórico

2.1 O Primeiro Setor

O primeiro setor é denominado de tal forma por se referir às entidades de caráter público, ou seja, sobretudo o Estado. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2018), o maior objetivo das entidades públicas se concentra em prestar serviços à sociedade, onde o lucro e retorno financeiro aos investidores não se propõe. Programas e políticas de bem-estar, educação pública, segurança nacional e ainda defesa nacional estão entre os serviços que se incluem. Levando em conta as partes que estão englobadas neste conjunto, a definição de Estado remete à sociedade política em sua totalidade em um determinado território, e tem como função assegurar o bem comum, além de criar mecanismos para legislar, administrar e gerir os interesses da sociedade (MALLMANN; BALESTRIN; SILVA, 2017).

Nesse sentido, a contabilidade aplicada ao setor público tem como objetivo, segundo a NBC T 16.1:

Fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Assim, a relevância da contabilidade no primeiro setor, tanto para o Estado em si, como para suas derivações e organizações, pode ser dada a partir de que a administração pública deve fazer tudo dentro da lei, diferentemente do setor privado, com base no importante princípio da legalidade (ASSUMPCÃO, 2012). O setor privado será tratado a seguir no decorrer do estudo.

2.2 O Segundo Setor

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2018), composto pelas organizações privadas, o segundo setor tem como seu principal aspecto visar ao lucro. Os recursos utilizados no desempenho das atividades são provenientes da própria operação da empresa e de financiamentos. Quando a entidade é conduzida com base na Lei das Sociedades por Ações, a distribuição do resultado, quando caracterizado como lucro, é feita aos investidores para as sociedades de responsabilidade limitada, conforme designação dos sócios.

Nessa perspectiva, o segundo setor é definido por movimentar recursos, o que o atribui como um gerador de meios para o próprio e para o primeiro setor, dispondo, assim, de uma visão prospectiva de “progresso financeiro”, o qual não pode ser desconsiderado em função de sua própria manutenção e das consequências que causaria aos demais (ALVES; BONHO, 2019). Dessa forma, levando em consideração o impacto do setor privado na sociedade, Giehl *et al.* (2015, p. 40) apontam que “[...] apesar da condição de dinamicidade, o mercado requer organização, estabilidade e continuidade nas operações realizadas nele.”

Para Carmo (2018), as entidades do segundo setor buscam gerar na sociedade a sensação de necessidade por seus produtos e serviços, de forma a torná-la mais consumidora. Assim, essas organizações atuam como grandes fornecedoras de emprego e renda, contribuindo para a produção de riqueza, quando o grande volume de empresas existentes neste setor é devidamente considerado.

2.3 O Terceiro Setor

A expressão *third sector* foi utilizada pela primeira vez por pesquisadores na Organização das Nações Unidas (ONU) entre os anos de 1940 a 1950. Nos Estados Unidos, a terminologia foi adotada em 1970 e, em seguida, na Europa, em 1980. No Brasil, o termo mais utilizado vem da denominação europeia “organizações não governamentais” (ONGs) (SCHEUNEMANN; RHEINHEIMER, 2013).

O terceiro setor é considerado como uma derivação dos objetivos do primeiro setor com a metodologia do segundo, dessa maneira, este setor é constituído por organizações que buscam atingir benefícios coletivos na sociedade, mesmo que estas entidades não disponham de caráter governamental. São de natureza privada, mas as metas não estão direcionadas a auferir lucros. As organizações que fazem parte deste grupo social e que atuam em ações sociais são consideradas como de utilidade pública, auxiliando o Estado em seus deveres, visando às desigualdades do país e a dificuldade do primeiro setor de realizar com êxito as atividades que lhe são atribuídas (OLIVEIRA; ROMÃO, 2014).

Segundo Alves e Bonho (2019), o fundamento do setor abrange organizações com finalidades como caridade, religião, artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras instituições voluntárias. O principal fator que envolve as categorias organizacionais que constituem o terceiro setor é a orientação em valores: surgem e progridem com base no pensamento provido de responsabilidade social. Nesse sentido, Paes (2018) relata que a responsabilidade social é conceituada como um compromisso adquirido pelas pessoas e organizações com os valores da sociedade através de suas atividades e atos, e como estes contribuem na construção da cidadania, que é um dos componentes na melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com Grazioli e Rafael (2013, p. 8), no contexto do crescimento do setor social e com foco na filantropia e responsabilidade nos problemas sociais:

Uma melhor organização do terceiro setor, de modo a permitir a obtenção de dados mais confiáveis quanto às suas ações e aos recursos disponíveis para a consecução de suas finalidades sociais, deve ser tida como primeira premissa a colaborar com o seu desenvolvimento.

Assim, é pertinente que as instituições do terceiro setor, considerando a preocupação social, tenham suas finalidades e área de atuação definidas com cautela para realizar com particularização suas atividades, levando em conta seu caráter de entidade sem finalidade de lucro (GRAZZIOLI; RAFAEL, 2013).

2.4 Entidades de Interesse Social

De acordo com Paes (2018, p. 5), dentre as pessoas jurídicas de direito privado que estão listadas no Código Civil, é possível compreender que as associações e as fundações são as: “[...] únicas formas jurídicas de que poderão revestir-se as atividades realizadas por pessoas destinadas a organizarem-se coletivamente para consecução de fins não econômicos ou não lucrativos e de interesse social”.

Conforme Oliveira *et al.* (2019), a definição de entidades sem fins lucrativos compõe-se pelas instituições privadas que detêm objetivos específicos de gerar transformações sociais, sendo o patrimônio formado, preservado e desenvolvido mediante doações e colaborações que não são distribuídas aos seus membros.

Em virtude disso, o Conselho Federal de Contabilidade (2015, p. 36) demonstra que: “[...] as associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econômicas, ou seja, sem finalidade lucrativa. Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõem”. A determinação de uma associação como de interesse social apresenta-se através da relevância de seu compromisso com a sociedade em geral, mediante a decorrência de seus objetivos. De outro modo, se as atividades dispuserem de fim específico para benefício de seus associados em questão, não será considerada como de interesse social (PAES, 2018).

Já as fundações são pessoas jurídicas caracterizadas por seu patrimônio, pois deve ser mantido e utilizado para cumprir as finalidades instituídas. Este, deve ser constituído por bens

disponíveis legalmente que sejam suficientes para a manutenção e continuidade das atividades (LIMA; FREITAG, 2014).

Nessa perspectiva, Paes (2018, p. 15) distingue as instituições levando em conta que: “[...] a importância de um e de outro elemento varia, conforme se trate de uma associação ou de uma fundação, sendo claro que na fundação o que diferencia é o patrimônio, e nas associações e sociedades são as pessoas”.

2.5 O Impacto Social das Entidades do Terceiro Setor

O terceiro setor movimentava cerca de US\$ 1 trilhão em todo o mundo, sendo US\$ 10 bilhões deles no Brasil, o equivalente a 1,5% do PIB. O setor é constituído por entidades como fundações, associações, unidades assistenciais e ONGs. Este tem um número estimado superior a 540 mil entidades, variação que pode resultar de pequenos projetos, instituições religiosas e voluntários que não são formalmente registrados e assumem responsabilidade por promover atividades realizadas em locais como comunidades, que são enquadradas no setor (TACHIZAWA, 2019).

Cabral (2015) aponta que no ano de 1995 a área da educação somava 36,7% das organizações do terceiro setor no Brasil, em comparação a uma média de 30,2% no mundo. Para Tachizawa (2019), no ano de 2019 cerca de 52% das ONGs pesquisadas declararam exercer atividades na área educacional no país, levando em consideração o fato de que o Brasil ocupa a 69ª posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, responsável pela avaliação da qualidade de vida, com base nos parâmetros de educação, renda e expectativa de vida.

Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), as Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos (FASFIL) somavam 526,8 mil entidades sem fins lucrativos a partir de informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) no ano de 2016. Na análise dos resultados, a delimitação do grupo surgiu a partir de cinco critérios definidos com características próprias: serem privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias. Com isso, foi identificado o conjunto de 237 mil organizações. Destas, 29,5% surgiram de 2001 a 2010, e 19,4% entre 2011 a 2016, gerando 45,7 mil novas entidades no último período. Ou seja, um aumento de 3,2%. Em relação à geração de empregos no setor:

Em 2016, as 237 mil FASFIL representaram 4,3% do total de organizações públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas, ativas no País, sendo responsáveis por 2,3 milhões de pessoas ocupadas assalariadas (5,1% do total), que ganharam, em média, R\$ 2.653,33 mensais. Esse valor equivale a 3,0 salários mínimos mensais, semelhante à remuneração média de todas as organizações públicas e privadas do País no ano (IBGE, 2019, p. 77).

A expansão dos empregos formais ultrapassou o ritmo de criação de entidades, alavancando o número de pessoal assalariado por instituição.

Assim, é adotada a definição de que Negócios de Impacto Social são organizações que buscam a solução de demandas relacionadas a problemas sociais, tanto pela oferta de serviços ou produtos, como pela inclusão de pessoas ou grupos de indivíduos (PETRINI; SCHERER; BACK, 2016). De acordo com as autoras, num estudo sobre modelo de negócio com impacto social, considerando as maiores incidências, 33% das organizações consultadas desenvolvem atividades com foco na educação, enquanto 21% é voltada para saúde. Quando analisado do ponto de vista do benefício social, é possível observar diferentes abrangências; no caso do acesso a saúde ou a serviços financeiros, o impacto é maior na população de baixa renda no papel de clientes, ou seja, menor abrangência. Quando o benefício é a geração de emprego, o impacto atinge a comunidade, levando, assim, à maior abrangência de impacto social.

Nesse sentido, Anese, Costa e Coelho (2018) acrescentam, com uma análise do impacto social das ações de uma organização sem fins lucrativos, que este ocorre nesses locais quando as ações são realizadas levando em consideração as necessidades locais e a possibilidade de oportunizar melhoria de vida, além de que as ações desenvolvidas pela organização se adequam à realidade de cada local e são desenvolvidas conforme as necessidades dos grupos familiares beneficiados.

Já em uma pesquisa sobre a caracterização das organizações do terceiro setor sob a perspectiva de inovação social em estudo de caso, Hernández-Ascanio e Rich-Ruiz (2020) relataram que as organizações participantes da pesquisa têm recursos e competências que lhes permitiriam desenvolver um impacto social de maior relevância do que realmente desenvolvem. Existe um número significativo de entidades que praticam inovação social sem saber, e este conceito surge mais facilmente em organizações que apresentam estruturas mais flexíveis e menos hierárquicas em um cenário em que a burocracia é menor. Da mesma forma, é possível afirmar que ainda é recorrente encontrar exemplos de inovação tecnológica ou organizacional do que inovações sociais propriamente ditas, pois, assim, o processo de inovação social se caracteriza por levar um período de tempo maior para gerar idéias diferentes e criativas a partir de uma necessidade de resolução que tenha um impacto positivo na sociedade.

2.6 Aspectos Contábeis do Terceiro Setor

Na atualidade, a aplicabilidade das ciências contábeis amplia-se a todos os tipos de pessoas, como as físicas, jurídicas, lucrativas ou não lucrativas que desempenhem atividades remuneradas economicamente para o alcance dos seus objetivos, mesmo que estas não sejam a sua finalidade, como no cenário das organizações do terceiro setor (ALVES; BONHO, 2019).

Assim, a ITG 2002 (R1) aplicada às Entidades sem Finalidade de Lucros determina quais os critérios e os procedimentos específicos para avaliação, reconhecimento das transações e variações patrimoniais, além da estruturação das demonstrações contábeis e a quantidade mínima de informações a serem divulgadas nas notas explicativas destas instituições, sob o contexto de atualizar e unificar a legislação contábil pertinente ao terceiro setor. Além disso, para elaborar a escrituração contábil das entidades, é preciso observar os princípios contábeis e algumas especificidades reconhecidas pelas demais NBCs. Ainda, na falta de base para a elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar, inclusive, a NBC TG 1000, que diz respeito à Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e as Normas Internacionais de Contabilidade introduzidas pela Lei nº 11.638 de 2007 (CRC, 2018).

Nesse sentido, Coule (2015) afirma que para uma ampla gama de *stakeholders* nas entidades sem fins lucrativos, a *accountability* (prestação de contas) é frequentemente considerada como a parte central para a organização e legitimidade dentro da sociedade, pois, a transparência, que surge com a Lei de Acesso à Informação, não é uma exclusividade do setor público, considerando que as organizações privadas sem fins lucrativos que venham a receber recursos públicos para a administração de ações de interesse público, também estão previstas nesta legislação (TONDOLO *et al.*, 2016).

Diante disso, é possível constatar que a *accountability* é um mecanismo necessário para as entidades do terceiro setor e, por vezes, é possível que a sua continuidade dependa do seu nível de transparência. Ademais, a divulgação deve ser completa e imparcial, identificando a situação atual da organização como a da sua eficiência, e os projetos realizados para a sociedade. Desta maneira, a contabilidade é considerada necessária, prestando apoio às organizações sem fins lucrativos, visto que os investidores se beneficiam das informações contábeis e ainda dos demais esclarecimentos fornecidos pelas entidades para tomada de decisão referente às suas doações (ZITTEI; POLITELO; SCARPIN, 2016).

2.7 Análise das Demonstrações Contábeis do Terceiro Setor

De acordo com Alves e Bonho (2019, p. 108), as demonstrações contábeis são relatórios que: “[...] possuem natureza contábil-financeira e que são obrigatórias de acordo com as normas de contabilidade e que correspondem à situação patrimonial de uma entidade específica referente a um período proposto, assim como os fluxos financeiros e o gerenciamento”.

Seguindo as orientações da Resolução ITG 2002 (R1) de 2015, as demonstrações contábeis que deverão ser elaboradas por entidades do terceiro setor são: o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Período; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

Além disso, a Interpretação Técnica Geral 2002 (R1) de 2015 prevê particularidades para as entidades sem fins lucrativos na elaboração das demonstrações, como, por exemplo, no Balanço Patrimonial: ao invés da conta Capital ter esta denominação, deve ser utilizado o termo Patrimônio Social, conta que faz parte do grupo Patrimônio Líquido; nas demonstrações Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Período, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa, devem ser substituídas as palavras lucro ou prejuízo por superávit ou déficit do período, respectivamente; devem ser destacadas as informações das gratuidades concedidas e serviços voluntários obtidos na Demonstração do Resultado do Período e, ainda, divulgadas em notas explicativas pelo tipo de atividade realizado; por fim, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Perez Júnior e Begalli (2015, p. 302) conceituam que:

A análise das Demonstrações Financeiras se direciona para os usuários do sistema de informações atenderem seus interesses específicos, tais como saber através dos Relatórios Financeiros se a entidade analisada tem condições de ser financiada e por quanto tempo; se esses usuários são os seus credores; se vale a pena investir na empresa/instituição; se o usuário é o investidor; se o desempenho da direção e da gerência é satisfatório e os resultados são favoráveis; enfim, como anda a saúde econômica e financeira da empresa, utilizando-se do processo de análise.

Desse modo, Marion (2019) destaca que as demonstrações contábeis mais suscetíveis de análise, considerando que todas devem ser analisadas, são: o Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (ou Mutações do PL); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Os índices de liquidez (responsáveis pela mensuração da capacidade da entidade conseguir honrar seus pagamentos) e os índices de endividamento (que demonstram as linhas de decisões financeiras, como as origens e as aplicações dos recursos e ainda a relação entre o capital próprio e o capital de terceiros investidos nas operações) são os que definem a situação financeira da entidade. Os índices de rentabilidade e os índices de atividade mensuram a situação econômica (BAZZI, 2016).

Ainda para Bazzi (2016), a análise horizontal e a análise vertical são desenvolvidas considerando um certo período, podendo ser utilizadas como base as informações do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, demonstrações de origem e aplicações de recursos e ainda de fluxos de caixa das operações. A comparação realizada pelas análises apresenta a direção, velocidade e tendências relacionadas.

Os indicadores apresentam a relevante função de proporcionar uma análise financeira e empresarial que pode consistir em uma necessidade interna ou externa. A necessidade interna está conexa aos controles internos das atuações que são determinadas diariamente, contudo, quando aplicados para necessidade externa, pode ter relação com decisões que refletirão na empresa, como sua influência com instituições, fornecedores, clientes, entre outros (ALVES; LAFFIN, 2018).

O Quadro 1 apresenta a definição dos índices de análises financeiras e econômicas.

Quadro 1 – Definição dos índices e análises financeiras e econômicas

Denominação	Fórmula	Definição
Grau de Endividamento	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Capital Próprio}}$	Indica a proporção entre os recursos de terceiros e os recursos próprios. Esse índice é conhecido também como nível de “Alavancagem”.
Endividamento Geral	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$	Indica quanto os recursos de terceiros representam do total aplicado em ativos da empresa.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Principal indicador de liquidez. Indica a capacidade de pagamento de dívidas da empresa no curto prazo.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$	É um índice derivado da Liquidez Corrente e mostra a capacidade de pagamento de dívidas no curto prazo, considerando a hipótese de que todo o Passivo Circulante vença no primeiro dia após o fechamento do balanço.
Análise Horizontal	$\frac{\text{Valor da conta na data mais recente}}{\text{Valor da conta na data mais antiga}} \times 100$	Demonstra o crescimento ou a queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos. Esse tipo de análise envolve a verificação das variações percentuais das contas da demonstração, levando em consideração as alterações monetárias das contas no decorrer do tempo.
Análise Vertical	$\frac{\text{Valor da conta ou grupo}}{\text{Valor total da demonstração ou Valor considerado como base}} \times 100$	Tem como objetivo determinar a relevância de cada conta em relação a um valor total, mostrando a participação percentual de cada conta ou de cada grupo de contas da demonstração em relação ao total que integra em um período específico.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bazzi (2016) e Júnior Perez e Begalli (2015).

Levando em consideração a abordagem das possibilidades de indicadores para a avaliação de desempenho das entidades de interesse social, são salientadas recomendações, analisando separadamente índices financeiros e econômicos, pois estes visam apontar um enfoque qualitativo aos números das demonstrações contábeis e índices de eficiência de gestão que buscam avaliar o perfil dos recursos em relação aos beneficiários, demonstrando a viabilidade de avaliação qualitativa de desempenho (CFC, 2015).

O Quadro 2 (página seguinte) evidencia os índices financeiros, econômicos e de eficiência de gestão aplicados às entidades de interesse social.

Quadro 2 – Índices financeiros, econômicos e de eficiência de gestão aplicados às entidades de interesse social

Denominação	Fórmula	Definição	Abordagem
Relação despesa realizada dos projetos e as receitas recebidas	$\frac{\text{Despesa realizada}}{\text{Receita recebida} \times 100}$	Expressa o percentual das despesas efetivamente realizadas em relação às receitas recebidas no período. Deve ser analisado em separado: doações vinculadas a projetos e os recursos próprios. Expressa o percentual de endividamento total.	Financeira e Econômica
Relação gratuidade e despesas totais	$\frac{\text{Gratuidade}}{\text{Despesa total} \times 100}$	Avalia o percentual de gratuidades concedidas no período em relação às despesas totais.	Financeira e Econômica
Relação gratuidade e receitas totais	$\frac{\text{Gratuidade}}{\text{Receita total} \times 100}$	Avalia o percentual de gratuidades recebidas no período em relação às receitas totais.	Financeira e Econômica
Participação de cada atividade nas despesas totais	$\frac{\text{Despesa por atividade}}{\text{Despesa total} \times 100}$	Avalia o nível de representatividade de cada atividade nas despesas totais.	Financeira e Econômica
Participação de cada atividade nas receitas totais	$\frac{\text{Receita por atividade}}{\text{Receita total} \times 100}$	Avalia o nível de representatividade das receitas auferidas em relação às receitas totais.	Financeira e Econômica
Esforço de captação própria	$\frac{\text{Receitas próprias}}{\text{Receita total} \times 100}$	Avalia a capacidade da entidade gerar renda própria em relação às receitas totais.	Financeira e Econômica
Eficiência na aplicação dos recursos	$\frac{\text{Despesa realizada}}{\text{Número beneficiários}}$	Avalia o valor unitário gasto por beneficiário. Pode se tratar de recuperação de crianças de rua, de gastos por crianças em escola, por idoso em lares de apoio, pacientes em hospital, entre outros.	Eficiência de gestão
Eficiência no controle dos recursos	$\frac{\text{Custo orçado}}{\text{Custo realizado} \times 100}$	Avalia a capacidade de previsão e planejamento. É interessante que seja feito por projetos.	Eficiência de gestão
Eficiência na distribuição de ativos diversos	$\frac{\text{Ativos}}{\text{Beneficiários}}$	Avalia os resultados alcançados na aplicação de ativos como medicamentos, vacinas, cestas básicas, material escolar, entre outros.	Eficiência de gestão
Mensuração de eficiência atividades educacionais	$\frac{\text{Número participantes previstos}}{\text{Número participantes capacitados}}$	Avalia a eficiência no alcance de objetivos de formação de contingente físicos.	Eficiência de gestão

Fonte: Adaptado pela autora de acordo com Conselho Federal de Contabilidade (2015).

Portanto, a avaliação institucional abrange as atividades levadas a efeito da implementação e monitoramento dos projetos sociais, bem como os planos e metas globais da organização. Por conseguinte, a avaliação pode interiorizar-se na organização considerando a busca da gestão dos recursos dos empreendimentos sociais, focando no planejamento, coordenação e no controle dos recursos obtidos para o objetivo de cumprimento da missão institucional. Destaca-se que as análises podem ser utilizadas tanto por usuários externos quanto internos, priorizando ainda a avaliação externa em virtude da importância da imparcialidade no que concerne aos agentes e beneficiários das atividades (CFC, 2015).

3 Aspectos Metodológicos

No que diz respeito à abordagem do problema, para realização deste estudo, a pesquisa é caracterizada como qualitativa, uma vez que objetivou-se avaliar a relevância de indicadores na associação. Segundo Sordi (2017) a pesquisa qualitativa diz respeito à subjetividade dos sujeitos ou objetos analisados, e se torna operacional de maneira mais indutiva, visando à formação de teorias, estratégias de pesquisa construtivistas. A estruturação da pesquisa qualitativa se refere ao método de como serão observados os dados de investigação científica, na apresentação dos esclarecimentos, observações, explicações e a descrição das variáveis, termos ou conceitos. Nessa abordagem, é realizada coleta de dados diretamente no contexto em que os fatores estudados existem e participam, determinando os pontos mais relevantes a serem abordados (PEROVANO, 2016).

Assim, Richardson (2017) reitera que o método qualitativo proporciona a exploração e o entendimento da significância de um problema atribuído por indivíduos ou grupos sociais. A pesquisa utiliza dados e processos coletados no meio dos participantes e a análise é indutivamente constituída pelas particularidades do tema e interpretações feitas acerca das informações. Farias Filho e Arruda Filho (2015, p. 64) acrescentam que “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o pesquisador, entre o mundo objetivo e a subjetividade de quem observa, que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nos processos da pesquisa qualitativa”.

Em relação aos objetivos, a pesquisa se enquadra como descritiva, reiterando uma observação analítica dos indicadores no contexto, buscando responder à questão principal. Este tipo de pesquisa tem como foco principal a descrição das características de determinado grupo populacional, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2017). Comumente, são utilizadas técnicas padronizadas para a coleta de dados por meio de métodos, como questionários, formulários e observação sistemática. Normalmente propõe-se responder perguntas como: quem, o que, onde, quando, quanto (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015). De acordo com Perovano (2016), nos estudos com enfoque qualitativo, a pesquisa descritiva objetiva a coleta dos dados, e, no processo de análise, procura compreender a razão das variáveis existirem em determinado contexto.

Nesse sentido, a pesquisa se enquadra como um estudo de caso, examinando uma instituição específica para sua realização. Os procedimentos com base em estudos de casos fundamentam-se na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos, com a finalidade de esclarecer fatos e fenômenos sociais. É aplicado em pesquisas de campo, que podem examinar uma unidade, um grupo social, família, instituição ou ainda situação específica, com o intuito de compreendê-los em seus próprios contextos e ainda observar suas causas e soluções (MICHEL, 2015). Para Lakatos e Marconi (2017, p. 305) o estudo de caso “[...] reúne grande número de informações detalhadas, valendo-se de diferentes técnicas de pesquisa. Seu objetivo é apreender determinada situação e descrever a complexidade de um fato”

Gil (2017) aponta que para atingir o que se propõe com o estudo de caso, é necessário o emprego de múltiplas fontes de evidência, ou seja, o uso de processos diversos para o alcance

dos dados, como análise de documentos, observações e entrevistas. Martins e Theóphilo (2016, p. 59) concluem que no estudo de caso “[...] o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”.

Sendo assim, é possível analisar e adquirir compreensibilidade de que os métodos propostos são coerentes para o desenvolvimento do estudo.

4 Resultados da pesquisa

A Associação Mão Amiga foi criada em Caxias do Sul – RS e idealizada por um grupo de voluntários liderados por Frei Jaime Bettega. Ela é fruto de um projeto social dos freis capuchinhos da cidade. Foi fundada em 7 de setembro de 2009, motivada pelo alto índice de crianças em vulnerabilidade social. Auxilia famílias que possuem crianças de zero a quatro anos de idade que não foram contempladas com vagas em escolas de educação infantil públicas do município, realizando o pagamento de até 50% do valor da mensalidade em instituições privadas.

Em seu período de atividade, a organização acumulou mais de 7 mil e 500 crianças e famílias beneficiadas pela ação e, atualmente, conta com uma equipe de 5 funcionários e 45 voluntários para 400 usuários alocados em 116 escolas conveniadas, cenário este de 231 estabelecimentos privados de educação infantil existentes na cidade em 2019, segundo o IBGE. Ainda no ano de 2019, o projeto teve em média 430 padrinhos mensais, e a origem de suas doações se deu a partir de 45% por pessoas físicas, 33% de eventos realizados pela organização e 22% por pessoas jurídicas.

Ainda em prol do assessoramento, defesa e garantia de direitos, a associação desenvolve diversos outros projetos com foco em diferentes públicos. Ao decorrer dos anos de sua existência, por exemplo, com o projeto Sorriso firmou parceria de serviços odontológicos para moradores de rua. O projeto Cuidando da Vida disponibiliza cadeira de rodas e camas de banho para empréstimo e, ainda, a criação de república para jovens de 18 até 22 anos advindos de abrigos. No total, possui 6 projetos de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para jovens e adolescentes com 744 usuários por mês, 3 projetos com 7 residências de abrigo institucional e casas-lar com 68 usuários por mês, 2 projetos, com 16 usuários por mês, voltados a jovens e adultos com deficiência, 1 projeto voltado à proteção da mulher com 15 usuários por mês, 3 projetos para idosos com 175 usuários por mês e 2 projetos para moradores de rua, além de 1 projeto criado temporariamente em função do período de quarentena decretado no Brasil, com total 120 usuários por mês.

Com isso, a Associação Mão Amiga presta apoio a 1.538 beneficiários de seus projetos, totalizando 251 funcionários e 171 voluntários. Para a realização de suas atividades, conta com o apoio da Fundação de Assistência Social (FAS), Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e Fundo do Idoso.

4.1 Análise das Demonstrações Contábeis

A fim de representar o desenvolvimento das demonstrações da associação, foram elaboradas análises horizontais deflacionadas (IGPM), ou seja, observando os valores consolidados de inflação anuais com objetivo de conversão para uma apresentação fidedigna das variações e análises verticais, considerando os anos de 2017, 2018 e 2019, comparando e apresentando as tendências relacionadas, levando em conta um enfoque qualitativo aos números das demonstrações contábeis para a avaliação de uma entidade de interesse social.

No Balanço Patrimonial, as características e estratégias de distribuição mantiveram-se similares. Considerando a atuação na assistência social, a maioria dos valores do ativo encontra-se no circulante, assim como o passivo, que é constituído somente por esta modalidade. A

grande incidência do ativo se dá na conta ‘convênios a receber com restrição’, os quais são recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar os projetos e atividades pré-determinadas. No Quadro 3, observa-se o cálculo do crescimento anual desses valores no período.

Quadro 3 – Convênios a receber com restrição de 2017 a 2019

Convênios a receber com restrição			
Ano	Valor (R\$)	AV	AHD
2019	4.696.754,54	54,10%	26,33%
2018	3.445.708,22	47,50%	16,92%
2017	2.724.408,65	59,70%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme o Quadro 3, com os valores e suas variações apresentadas, a conta ‘convênios a receber com restrição’ (Grupo Recebíveis de Convênios e Outros Recebíveis) obteve crescimento em todos os exercícios sociais, a elevação foi de 16,92% de 2017 a 2018, e 26,33% de 2018 a 2019, totalizando em 2019 o percentual de 54,10% do valor total do ativo, registrando o valor de recursos de parcerias dos projetos por conta de operações contratadas a serem recebidas.

Nesse sentido, os saldos de parcerias com entidades governamentais contratadas no curto prazo, na modalidade de convênios encontrados no passivo, representam a maior parte de sua totalidade nos períodos analisados, com base nos valores de convênios a realizar com restrição da associação. Os valores referentes a realização dessas atividades e projetos permaneceram em ascendência. No Quadro 4 encontram-se os resultados e variações destacadas.

Quadro 4 – Convênios a realizar com restrição de 2017 a 2019

Convênios a realizar com restrição			
Ano	Valor (R\$)	AV	AHD
2019	5.929.276,03	68,29%	22,59%
2018	4.482.641,76	61,80%	39,06%
2017	2.980.049,72	65,30%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A variação positiva da conta ‘convênios a realizar com restrição’, assim como a conta de convênios no ativo, permaneceu em ascensão durante todo o período. Com evidenciação no Quadro 4, a elevação de 39,06% de 2017 a 2018 e consecutivamente de 22,59% para 2019, totalizou 68,29% do valor total do grupo do passivo no último ano do estudo, ou seja, R\$ 5.929.276,03, conforme recursos acordados para a operacionalização de projetos e atividades.

Diante disso, na perspectiva dos valores dos projetos e atividades da associação por parte das receitas e despesas, salientadas na Demonstração dos Resultados, as subvenções

recebidas atestam as movimentações que aconteceram durante o funcionamento destas. No Quadro 5, são apresentados os valores totais de receitas que foram utilizadas para o andamento dos projetos da associação durante seu respectivo período; estas foram auferidas pelos convênios firmados com o funcionamento público, sendo estes recebíveis quando de acordo com o estatuto social da entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Quadro 5 – Subvenções e/ou Convênios Públicos com restrição de 2017 a 2019

Subvenções e/ou Convênios Públicos para Custeio - Com Restrição			
Ano	Valor (R\$)	AV	AHD
2019	9.544.302,91	100%	33,85%
2018	6.608.749,91	100%	62,01%
2017	3.771.250,07	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os recursos atendidos a partir dos convênios com restrição, demonstrados no Quadro 5, conservaram-se em elevação de valores e variáveis. Inicialmente, o crescimento de 62,01% no ano de 2018 e após 33,85% no ano subsequente, corrobora com a circunstância expressada nas análises precedentes, pois estas referem-se ao processo de captação de financiamento que a entidade aplica para o suprimento das necessidades de sua atividade, onde o montante recebido é integralmente transmitido. O reflexo desta movimentação positiva tem fundamento em parte no aumento da capacidade de atendimento dos projetos já existentes, resultando no acréscimo dos convênios contratados, além da implementação de novos, pela incorporação parcial da Associação Literária São Boaventura no ano de 2018, com sede em Caxias do Sul – RS, e portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

Assim, além das subvenções utilizadas para o custeio das atividades, as receitas obtidas pela prestação de serviço social e as despesas da entidade, que são evidenciadas independentemente na Demonstração dos Resultados com base na NBC TG 07 (R2), denotam a quantia de recursos próprios gerados, e ainda os valores obtidos por meio de doações e eventos, tanto como as despesas administrativas e operacionais que subsidiam a associação. No Quadro 6, observa-se a evolução das principais receitas e despesas com referência ao valor da Receita Líquida dos períodos por parte da prestação de serviço social da entidade.

Quadro 6 – Principais Receitas e Despesas em relação a Receita Líquida de 2017 a 2019

Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio - sem restrição							
2019 (R\$)	AV	AHD	2018 (R\$)	AV	AHD	2017 (R\$)	AV
1.203.739,96	34,71%	-21,63%	1.423.581,38	42,29%	19,95%	1.097.204,16	48,94%
Despesa Serviços de Terceiros Escolas							
2019 (R\$)	AV	AHD	2018 (R\$)	AV	AHD	2017 (R\$)	AV
-846.323,92	24,41%	-22,74%	- 1.015.243,75	30,16%	-19,45%	-1.165.159,42	51,97%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas são a principal fonte de custeamento que a entidade possui, onde em um primeiro aspecto de 2017 a 2018, cresceram 19,95%, e em 2019, apesar do decréscimo de -21,63%, mantiveram-se como a conta de maior impacto nos valores recebidos com R\$ 1.203.739,96. Ademais, as despesas com serviços de terceiros em escolas representam os repasses que são feitos pela associação para as escolas parceiras, e apesar do constante decréscimo de -19,45% e respectivamente -22,74%, é eminente seu destaque como despesa.

É pertinente, ainda, mencionar que tanto nos grupos de receita, como nas despesas registradas, as contribuições sociais usufruídas e o trabalho voluntário são reconhecidos, primeiro como recebimento financeiro, e após como desembolso, com o propósito de registrar estes valores destinados como incentivo. No Quadro 7, estão representadas as contribuições sociais usufruídas e o trabalho voluntário.

Quadro 7 – Contribuições Sociais Usufruídas e Trabalho Voluntário de 2017 a 2019

Contribuições Sociais Usufruídas							
2019	AV	AHD	2018	AV	AHD	2017	AV
(R\$)			(R\$)			(R\$)	
1.934.718,36	55,79%	36,47%	1.313.959,23	39,03%	70,57%	712.169,34	31,77%
Trabalho Voluntário							
2019	AV	AHD	2018	AV	AHD	2017	AV
(R\$)			(R\$)			(R\$)	
66.531,59	1,92%	-42,26%	106.787,95	3,17%	-0,47%	99.193,77	4,42%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O montante do serviço de trabalho voluntário, apesar da constância de valores de 2017 a 2018, no período de 2019, decresceu 42,26%, finalizando em R\$ 66.531,59. As contribuições sociais usufruídas são as isenções reconhecidas a partir do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), fazendo *jus* das isenções das contribuições de seguridade social por parte da empresa, descritas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.212/91. Os valores relevantes na demonstração cresceram 70,57% em 2018, alcançando R\$ 1.313.959,23 e 36,47% em 2019 com R\$ 1.934.718,36.

Por conseguinte, os valores de caixa e equivalentes da entidade aumentaram cerca de 96,10% de 2017 para 2018, e, em 2019, sofreram uma queda de 3,97%, mantendo-se estável no último período. A constituição do grupo dá ênfase às contas de aplicações financeiras com e sem restrições, ambas em curto prazo, que comportam grande parte dos valores destinados a este. As aplicações financeiras com restrição dizem respeito a depósitos de recursos de parcerias aplicados em instituições financeiras, e que permitam sua utilização por meio de resgate em prazo imediato, já a conta sem restrição faz referência aos depósitos advindos de recursos próprios. O Quadro 8 (página seguinte) apresenta os resultados e variações de aplicações financeiras com e sem restrição em comparação ao total de valores de caixa e equivalentes de caixa.

Quadro 8 – Aplicações financeiras com e sem restrições de 2017 a 2019

Caixa e Equivalentes de Caixa							
2019 (R\$)	AV	AHD	2018 (R\$)	AV	AHD	2017 (R\$)	AV
3.508.168,21	40,41%	-3,97%	3.385.944,58	46,68%	96,10%	1.596.278,62	34,98%
Aplicações Financeiras – Sem restrição							
2019 (R\$)	AV	AHD	2018 (R\$)	AV	AHD	2017 (R\$)	AV
1.149.837,64	13,24%	-14,62%	1.248.113,39	17,21%	37,60%	838.567,19	18,37%
Aplicações Financeiras – Com restrição							
2019 (R\$)	AV	AHD	2018 (R\$)	AV	AHD	2017 (R\$)	AV
2.174.561,84	25,05%	-4,85%	2.118.076,39	29,20%	239,50%	576.764,96	12,64%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em um primeiro aspecto, as aplicações financeiras sem restrições aumentaram 37,60%, chegando em R\$ 1.248.113,39, e em 2019 com o decréscimo, diminuíram -14,62% com o valor de R\$ 1.149.837,64. Conforme os recebimentos de convênios, as aplicações com restrições referentes aos valores de parcerias cresceram 239,50% em 2018, representando um aumento de R\$ 576.764,96 para R\$ 2.118.086,39; e conservaram-se em R\$ 2.174.561,84, representando 25,05% do ativo total, num cenário onde 40,41% deste encontra-se dentro do Grupo ‘Caixa e Equivalentes de Caixa’.

Em relação ao ativo não circulante, os valores de Ativo Imobilizado mantiveram-se constantes tanto em sua versão sem restrição, como bens em restrição. Sua maior movimentação foi a aquisição de um terreno no ano de 2018 no valor de R\$ 160.000,00, e a aquisição de computadores e periféricos de R\$ 72.840,00 em 2019, ambos sem restrições, totalizando assim o Imobilizado 4,45% do total do ativo no último ano. Em todos os períodos houve a predominância dos valores em ativo circulante, principalmente nas contas de ‘aplicações e convênios a receber’, sendo estes os valores mais representativos ainda no passivo e nas demonstrações de resultado da entidade, por representarem os incentivos de parcerias governamentais que são auferidos para a manutenção dos projetos e atividades sociais recebidas, possibilitando o atendimento ao público-alvo da assistência social no município.

4.2 Índices de Liquidez e Endividamento

Os índices de liquidez proporcionam informações da situação financeira de um empreendimento frente aos compromissos financeiros tomados, evidenciando sua capacidade de honrar com as dívidas assumidas, nesse caso, sendo possível analisar o desenvolvimento dos indicadores em uma mesma entidade ao longo do tempo, utilizando como parâmetro os períodos anteriores (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). O Quadro 9 (página seguinte) demonstra os índices de liquidez do período selecionado para análise da entidade.

Quadro 9 – Índices de Liquidez de 2017 a 2019

Índice (R\$)	2019	2018	2017
Liquidez Corrente	1,15	1,22	1,25
Liquidez Imediata	0,49	0,60	0,45

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Referente ao índice de liquidez corrente, é possível verificar que o ano de 2017 foi o que a entidade deteve o melhor desempenho, tendo nesse ano o índice acima em comparação aos demais. Ainda que a entidade tenha apresentado um pequeno decréscimo em 2018 e 2019, os valores evidenciam que esta possui condições de arcar com suas dívidas de curto prazo frente ao seu ativo circulante em todos os anos. O resultado deste indicador decaiu pouco ao longo do período analisado, pelo fato do constante aumento dos valores expressivos de convênios a realizar, impactando-o diretamente.

Já o índice de liquidez imediata possui um menor desempenho, uma vez que apesar dos significativos valores no caixa e equivalentes de caixa, este indica que não é possível arcar com as obrigações somente com o valor destas disponibilidades. Nesse caso, é relevante destacar que todo o passivo se encontra distribuído em curto prazo, ou seja, tem vencimento em até 12 meses, tornando o indicador não relevante em função do prazo, apesar de seu resultado abaixo de 1. Além disso, a conta de ‘convênios a realizar’ alocada nesse grupo, assim como a conta de ‘convênios a receber’ no grupo de recebíveis no ativo circulante, é o maior impactante da mudança de situação de um indicador para o outro.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020), os índices de endividamento são empregados na análise da estrutura patrimonial que situa as relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros, demonstrando a respectiva participação nos recursos da entidade. O Quadro 10 apresenta os índices de endividamento do período.

Quadro 10 – Índices de Endividamento de 2017 a 2019

Índice	2019	2018	2017
Grau de Endividamento	469%	355%	335%
Endividamento Geral	82%	78%	77%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao analisar o índice de grau de endividamento – que representa a participação dos capitais de terceiros nos recursos totais – é possível constatar que existe maior dependência em relação a recursos de terceiros na proporção entre a dívida total, comparativamente aos recursos próprios, com crescimento sucessivo na totalidade dos períodos analisados. Por se enquadrar como sem fins lucrativos, a entidade tem necessidade de financiamento com recursos de terceiros e por consequência dispõe de expressivos valores em seu passivo circulante de parcerias e contratos que custeiam suas atividades e projetos. Simultaneamente, os valores de

capital próprio são compostos exclusivamente pelo patrimônio social, que é formado integralmente pelo montante dos superávits e déficits durante os exercícios.

Ponderando o índice de endividamento geral, observa-se a existência de predomínio referente a maior parte do ativo total da associação ser financiado por recursos de terceiros, apontando que os resultados progressivos deste indicador, ao decorrer dos exercícios sociais, foram consideravelmente estáveis em comparação à evolução de valores apresentados na análise das demonstrações, além da composição do grau de endividamento, pois este evidenciou a significância dos valores em relação à dependência dessa modalidade de financiamento para a continuidade das atividades da entidade.

4.3 Indicadores Financeiros e Econômicos

Um dos índices financeiros e econômicos é o da relação das despesas realizadas e das receitas recebidas, que avalia o percentual das despesas em relação às receitas em um período, evidenciando quais são doações para os projetos e fonte de recursos próprios, buscando demonstrar seu endividamento. Foram levados em consideração nesse resultado os valores de despesas e receitas das operações próprias da associação na área de assistência social, pois os valores de subvenções recebidos por parte de convênios são repassados em sua totalidade aos respectivos fins. Para o cálculo foram utilizados os valores anuais, como demonstra o Quadro 11.

Quadro 11 – Relação despesa realizada e receitas recebidas de 2017 a 2019.

2019	2018	2017
100,93%	84%	96%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No Quadro 11, de 2017 a 2018, evidenciamos a relação da despesa com as receitas da entidade, que aponta para a diminuição de 96% para 84%, visto que no ano de 2018 os valores de receita sofreram uma elevação, e o superávit apontado foi maior, justificando essa variação e frisando a participação de 51% de receitas de doações nas receitas totais em 2017, com um decréscimo para 43% em 2018 e ainda um aumento de 8% para 13%, respectivamente, dos recursos próprios. Em 2019, a representatividade superou 100%, num cenário de déficit apresentado pela entidade, com 36% de receitas de doações de 4% de captação própria. O Quadro 12 demonstra a representatividade de recursos das doações e de recursos de captação própria das receitas totais.

Quadro 12 – Recursos de doações e captação própria de 2017 a 2019.

	2019	2018	2017
Recursos de doações	36%	43%	51%
Recursos de captação própria	4%	13%	8%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O índice relacionado a gratuidades concedidas pela associação em prol dos projetos e atividades sociais busca estimar o percentual de gratuidades em um período em relação às despesas e receitas totais. Esses valores estão relacionados principalmente aos serviços pagos a terceiros em escolas parceiras e às demais despesas realizadas com projetos da associação. Essas relações são observadas no Quadro 13 (página seguinte).

Quadro 13 – Gratuidades em relação às despesas e receitas totais de 2017 a 2019.

	2019	2018	2017
Despesas Totais	33%	36%	54%
Receitas Totais	34%	30%	52%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As gratuidades concedidas obtiveram uma representatividade relevante nas despesas e receitas totais da atividade própria nos períodos analisados. No ano de 2017, essas chegaram a 54% das despesas que a entidade possuía, com um valor de R\$ 1.165.159,42. Apesar do decréscimo percentual para 36% e, respectivamente, 33% em 2019, o valor de R\$ 1.015.243,75 em 2018 aumentou para R\$ 1.168.545,72, atingindo sua maior marca. Quanto as receitas totais, a relação foi de 52% em 2017, decrescendo para 30% e, após atingir 34% em 2019, apresentando percentuais próximos das gratuidades em relação às duas contas, evidenciando sua relevância em valores para a associação, na qual a proporção de gratuidades para as receitas foi muito próxima ao das doações recebidas.

Já os índices de participação de cada atividade nas receitas e nas despesas totais foram elaborados com base nas informações das subvenções que são recebidas, pois essas expressam os valores totais que são conveniados de despesas tanto de pessoal, como administrativas, que são necessárias para o funcionamento das atividades da entidade. Uma vez que a totalidade dos valores recebidos para essa manutenção são realizados, o percentual de participação das receitas foi o mesmo que o das despesas. O Quadro 14 apresenta a participação dos projetos com valores mais relevantes no período.

Quadro 14 – participação das atividades nas receitas e despesas totais de 2017 a 2019.

Projeto	2019	2018	2017
Projeto Social Abrigo Recanto Amigo	13%	17%	25%
Projeto Social Casas Lar Anjos da Guarda	12%	8%	0%
Projeto Casa Acolhida São Francisco de Assis	11%	12%	21%
Projeto Social Casa Carlos Miguel	11%	14%	0%
Projeto Social Residência Inclusiva Bom Pastor	7%	4%	0%
Projeto Social Residência Inclusiva Santa Clara	7%	9%	13%
Projeto Social Casa Apoio Viva Raquel	5%	6%	11%
Projeto Social Centro de Convivência Casa Brasil	5%	6%	11%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No ano de 2017, o valor recebido referente às subvenções para custeio pela associação alcançou o número de R\$ 3.771.250,07, o Projeto Social Abrigo Recanto Amigo apresentou destinação de cerca de 25% deste total, representando R\$ 960.632,98. De alta complexidade, este é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes afastados por medida protetiva, e no período contou com 26 funcionários e capacidade para 20 beneficiados. Também de alta complexidade e com participação de 21%, o Projeto Casa Acolhida São Francisco de Assis tem como público-alvo adultos e grupos familiares que se encontram em situação de rua, atendendo 30 pessoas com apoio de 18 funcionários, totalizando o convênio de R\$ 786.027,07. Ainda

nesse período, demonstrando a variação de serviços prestados pela entidade. Dentre os projetos com valores mais relevantes, surge a Residência Inclusiva Santa Clara, de alta complexidade, que acolheu 6 jovens e adultos com deficiência, contendo 15 colaboradores, totalizando 13% de participação, 11% dos valores à Casa de Apoio Viva Raquel, também de alta complexidade, responsável pelo acompanhamento de mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, com 15 atendimentos e 9 funcionários, e, por fim, o Centro de Convivência Casa Brasil, com 11% de destinação; o projeto de proteção básica prestou atendimento a 160 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o apoio de 10 funcionários.

Em 2018, além das atividades já mencionadas, a associação institucionalizou e assumiu novos projetos, entre estes, 3 dispuseram de valores expressivos de subvenções, no total o valor de convênios do período foi de R\$ 6.608.749,91. O Projeto de alta complexidade Casa Carlos Miguel, atendeu 40 pessoas em situação de rua, com a colaboração de 22 empregados, atingindo o valor de destinação de R\$ 926.224,39, ou seja, uma representatividade de 14%. Ainda no mesmo sentido, a Casa Lar Anjos da Guarda, responsável por crianças e adolescentes, obteve repasse de 8%, isto é, R\$ 549.037,50, num cenário de 24 beneficiados e 19 colaboradores, e ainda a Residência Inclusiva Bom Pastor com 4% do total, para 8 jovens e adultos com deficiência, além de 14 funcionários, alcançando R\$ 288.310,92.

No último ano do estudo, os repasses chegaram a R\$ 9.544.302,91, os projetos analisados anteriormente mantiveram-se com a maior parte de valores repassados e, apesar do decréscimo percentual pelo aumento expressivo dos valores, estes proporcionalmente também cresceram. O Projeto Abrigo Recanto Amigo manteve-se com a maior expressividade nos períodos estudados, chegando ao valor de R\$ 1.253.859,48 em 2019, isto é, 13% das receitas e despesas. Em relação ao aumento percentual, os projetos destacados foram a Casa Lar Anjos da Guarda de 8% para 12% e a Residência Inclusiva Bom Pastor de 4% a 7%, respectivamente, evoluindo para R\$ 1.179.723,42 e R\$ 641.959,58 ao final do período.

4.4 Indicadores de Eficiência de Gestão

No que diz respeito aos índices de gestão, quanto ao indicador de controle dos recursos – que avalia a capacidade de previsão entre o custo orçado e o custo realizado como ao indicador de mensuração de eficiência em atividades educacionais, que compara o número de participantes previstos em relação ao de capacitados –, é inviável a aplicação destes no cenário. Concernente às informações da entidade, esses controles não são realizados de forma a serem elaborados e analisados neste estudo.

O indicador de eficiência na distribuição dos ativos da associação avalia os resultados alcançados através de sua aplicação. No Quadro 15, é possível conferir os valores de ativos distribuídos em relação ao número de beneficiários no período.

Quadro 15 – Aplicação dos ativos de 2017 a 2019.

	2019	2018	2017
Ativos	R\$ 8.682.387,83	R\$ 7.254.029,81	R\$ 4.563.784,91
Beneficiários	1492	1072	671
Aplicação por beneficiários	R\$ 5.819,29	R\$ 6.766,82	R\$ 6.801,47

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em 2017, foram distribuídos R\$ 6.801,47, na proporção que em 2018 foi disponibilizado o total de R\$ 6.766,82, enquanto no ano de 2019 foi utilizado o montante de R\$ 5.819,29, configurando o primeiro período como o qual possuiu o maior valor de ativos distribuídos. Nesse sentido, os ativos em 2017 somaram R\$ 4.563.784,91, e em comparação ao

ano seguinte, utilizando a análise horizontal, é possível constatar uma evolução de 46,94% em relação à ascensão dos recebíveis e aplicações. No mesmo contexto de crescimento, em 2019 a entidade apresentou o maior valor em ativos, totalizando R\$ 8.682.387,83, evidenciando o acréscimo de 10,93% em relação ao ano anterior. Apesar das consecutivas evoluções de valores de ativos da associação, o número de beneficiários atendidos impactou diretamente no resultado do indicador, uma vez que a evolução crescente ano a ano superou o aumento dos valores em reais no mesmo espaço de tempo.

Em relação ao indicador que avalia a eficiência na aplicação dos recursos, o nível de representatividade das despesas sobre o número de beneficiários é calculado por meio da divisão do valor total de despesas relacionadas aos projetos pelo número de beneficiários de cada ano. O Quadro 16 indica os dados elaborados.

Quadro 16 – Despesa por beneficiário de 2017 a 2019.

	2019	2018	2017
Despesa realizada	R\$ 10.712.848,63	R\$ 7.623.993,66	R\$ 4.936.409,49
Beneficiários	1492	1072	671
Despesa por beneficiário	R\$ 7.180,19	R\$ 7.111,93	R\$ 7.356,80

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir das constatações do Quadro 16, os valores de despesas por beneficiário em 2017 foram de R\$ 7.356,80, decrescendo para R\$ 7.111,93 em 2018 e totalizando R\$ 7.180,19 em 2019. Tanto os valores de despesa anual, quanto o número de beneficiários possuíram estimativas ascendentes no decorrer dos períodos em relação à institucionalização de novos projetos e aumentos na capacidade de atendimento das atividades. Assim, levando em consideração a sucinta variação do valor unitário apesar do crescimento anual, é possível verificar a eficiência da entidade no controle das despesas. A associação demonstra empenho no que concerne seus beneficiários e atividades, incentivando o desenvolvimento de novos projetos, além de assumir existentes na área de assistência social, buscando suprir as necessidades dos diversos públicos que compõe os beneficiários da entidade no cenário em que atua.

5 Conclusão

As entidades reconhecidas como de terceiro setor, compostas em parte pelas entidades de interesse social, vêm ganhando maior visibilidade, conforme o passar dos anos. Provenientes das adversidades frente à busca do bem-estar social, as organizações procuram disponibilizar benefícios coletivos na sociedade, visando a desigualdades e dificuldades de acesso a serviços básicos no país, como educação e saúde, com fundamento em projetos e ações sociais. Em virtude disso, surge a autenticidade da perspectiva contábil em decorrência do impacto social e monetário, movimentados nesse cenário, visto que com doações e subvenções governamentais como fonte de recursos, a prestação de contas e transparência expressam notoriedade para a credibilidade das instituições.

Por meio deste estudo, o objetivo teve como foco avaliar a relevância de indicadores financeiros, econômicos e de gestão da Associação Mão Amiga no município de Caxias do Sul – RS, considerando sua atuação social no período de 2017 a 2019, com embasamento nas demonstrações e informações contábeis. A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso, com objetivos descritivos e abordagem qualitativa, antecedida por uma revisão bibliográfica referente às entidades de terceiro setor e seus aspectos contábeis, que definiu os indicadores suscetíveis à aplicação na organização.

Diante das análises realizadas, foi possível evidenciar os diversos projetos sociais que compõem a atividade desempenhada pela associação. Com diferentes públicos-alvo, no decorrer dos anos de funcionamento, a Mão Amiga institucionalizou novos projetos e assumiu a administração de ações já existentes, assim seus atendimentos partem de crianças não contempladas com vagas nas escolas de educação infantil e chegam a projetos com foco em pessoas com deficiência, em situação de rua, vulnerabilidade social, entre outros existentes na gama da assistência social. Repercutindo, o impacto social da entidade no município permaneceu em crescimentos sucessórios no período do estudo, inferido por intermédio das informações utilizadas dos atendimentos efetivados anuais por projetos, e a tendência é de manter-se em constante expansão, atingindo por dados prévios 1.538 beneficiários num panorama do ano de 2020.

Em relação aos indicadores financeiros e econômicos, o estudo demonstrou os valores em reais e seus respectivos percentuais de variação entre os exercícios de 2017 a 2019. A partir desses, constatou-se o expressivo engajamento das subvenções governamentais nos recursos de custeio em razão ao apoio recebido da Fundação de Assistência Social (FAS), do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e Fundo do Idoso. Em 2019, as subvenções chegaram à sua maior marca de R\$ 9.544.302,91, perdurando assim a predominância dos valores dos incentivos nas demonstrações em todos os anos por representarem os convênios governamentais que são auferidos para a manutenção dos projetos e atividades sociais, possibilitando o atendimento ao público-alvo da assistência social.

Nesse sentido, foram especificados os projetos sociais com maior expressividade quanto às subvenções recebidas anualmente, bem como seu percentual a cada período, com o intuito de detalhar as informações recorrentes aos seus atendimentos e objetivos. Em sua grande parte, a alta complexidade de atendimento, apesar dos diferentes tipos de beneficiários, e o crescente investimento, discriminaram uma tendência de evolução dos projetos com maior relevância de valores que decorreu todo o período estudado.

No que diz respeito às doações recebidas pela Associação Mão Amiga, estas apresentaram a maior representatividade sobre a receita total referente a atividade própria de prestação de serviço social, superando a capacidade de captação própria e demonstrando a importância desta modalidade de recursos para a sua continuidade. Nos anos compreendidos no estudo, os valores percentuais concernentes às doações se aproximaram consideravelmente da relação das gratuidades concedidas pela entidade com as receitas totais, sendo assim, relevantes para suprir as necessidades financeiras atendidas.

Acerca dos indicadores de eficiência de gestão, estes representaram pequenas oscilações nos resultados, explicitando a variação em seu desempenho. Porém, apesar disso, entende-se que a entidade obteve êxito no controle de aplicação de seus recursos, tendo em vista as sucintas modificações à proporção das alterações de valores e número de atendimentos no decorrer do período.

A análise das demonstrações contábeis, bem como o uso dos indicadores financeiros, econômicos e de gestão no terceiro setor, auxiliam o assessoramento e avaliação institucional dos projetos e ações sociais, como as metas da instituição em prol de determinações que assegurem sua continuidade, sendo empregada como um mecanismo de gestão das organizações com fornecimento de dados sobre as operações e resultados. A utilização dos indicadores torna-se proveitosa em consequência da capacitação para a tomada de decisões assertivas na busca da gestão dos projetos e atividades sociais com foco no planejamento, coordenação e controle com o objetivo do cumprimento da sua missão. As análises devem ser base de informações para usuários e sociedade em geral, em virtude da transparência e ações positivas como as desse estudo, no controle e identificação dos resultados, sendo ainda possível o desenvolvimento de prospecções para elaboração de estratégias de crescimento.

Em prol da realização deste estudo, foi possível atingir os objetivos estabelecidos como geral e específicos. Evidenciada a importância da instituição, recomenda-se como sugestões à entidade a adesão dos indicadores para a análise das informações institucionais e para o desenvolvimento de estratégias, além de um estudo sobre os benefícios do possível uso dos indicadores de controle de recursos e atividades educacionais citados neste estudo e, por fim, ainda a importância da divulgação das atividades da associação ao público em decorrência da relevância dos valores apresentados das doações recebidas, uma vez que o conhecimento da sociedade sobre a quantidade de beneficiários atendidos, bem como os demais projetos que são administrados, podem auxiliar na evolução das atividades da entidade.

Com as informações disponibilizadas pela entidade, após sua auditoria e divulgação aos órgãos competentes e necessários à sua aprovação, avaliou-se a relevância dos indicadores financeiros, econômicos e de gestão da associação, considerando sua atuação social no período. Assim, conclui-se, com fundamento nos dados encontrados na pesquisa, a relevância dos indicadores por sua gama de informações e possibilidades de análises que estes proporcionam aos usuários. Ressalta-se ainda que a realização da análise com restritas vivências nas rotinas da organização acaba limitando a interpretação dos resultados, bem como das demonstrações e informações contábeis, uma vez que podem não possuir todo conhecimento necessário, dificultando o andamento para o analista.

Em virtude das lacunas que são supridas pelas empresas de interesse social na sociedade, faz-se necessário o estudo sob a perspectiva acadêmica, levando em consideração o desenvolvimento de indicadores financeiros, econômicos e de gestão para a formação de possibilidades que visam a tomada de decisões. Ainda, esta pesquisa apresenta a autenticidade do tema para as análises na contabilidade, uma vez que o objetivo não é visar ao lucro, mas sim a continuidade e boa gestão das entidades dessa categoria.

Por fim, o estudo concluído deixa a possibilidade de novas pesquisas surgirem futuramente, com exemplo em estudos comparativos que busquem avaliar indicadores setoriais, a fim de auxiliar cada vez mais na confiabilidade das pessoas nas organizações que surgem a partir das doações captadas como uma das principais fontes de recursos, e, ainda, com o propósito de contribuir com a transparência e evolução contábil do terceiro setor e em sua busca ao bem-estar social da sociedade.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Análise das demonstrações contábeis em IFRS e CPC:** facilitada e sistematizada. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020779>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ALVES, Aline; BONHO, Fabiana Tramontin. **Contabilidade do terceiro setor.** Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028593>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ALVES, Aline; LAFFIN, Nathália Helena Fernandes. **Análise das demonstrações financeiras.** Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027428>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

ANESE, Vivian; COSTA, Carlos; COELHO, Elenise Abreu. Impacto social das ações de uma organização sem fins lucrativos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 61, 28 mar. 2018. Departamento de Empreendedorismo e Gestão da UFF. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49155/impacto-social-das-acoes-de-uma-organizacao-sem-fins-lucrativos->>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ASSUMPCÃO, Marcio José. **Contabilidade aplicada ao setor público.** Curitiba: InterSaberes, 2012. (Gestão Pública).

BAZZI, Samir. **Análise das demonstrações contábeis.** São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2016.

BRASIL. Lei n. 8.212, 27 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212orig.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro setor: gestão e controle social.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626645>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

CARMO, Carlos Roberto Souza. Entidades do terceiro setor: sua importância na geração da riqueza municipal no estado de Minas Gerais. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, Fundação Carmelitana Mário Palmério, Monte Carmelo, v. 6, n. 22, p. 15-30, 2018. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1208>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral 2002 – Entidades sem finalidade de lucros**. Brasília: CFC, 2012. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1))>. Acesso em: 23 mai. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos para o terceiro setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. 3 ed. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 16.1**: Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Brasília. 2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Terceiro setor guia de orientação para o profissional da Contabilidade**. 2018. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

COULE, Tracey M. Nonprofit Governance and Accountability: broadening the theoretical perspective. **Sage**, v. 44, n. 1, p. 75-97, 01 fev. 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0899764013503906>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio José Montero. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522495351>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FAZENDA, Ministério da; NACIONAL, Secretaria do Tesouro. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. 8. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2018. 469 p.

GIEHL, Pedro Roque; WEBLER, Darlene Arlete; RAMOS, Ieda Cristina Alves; SILVEIRA, Luciana Conceição Lemos da; GIANEZINI, Miguelangelo. **Elaboração de projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30912>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

GRAZZIOLI, Airton; RAFAEL, Edson José. **Fundações privadas**: doutrina e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HERNÁNDEZ-ASCANIO, José; RICH-RUIZ, Manuel. Caracterización de organizaciones del Tercer Sector desde el enfoque de la innovación social. Discusión a partir de un caso etnográfico. **Innovar**, v. 30, n. 75, p. 71-86, 1 jan. 2020. Universidad Nacional de Colombia. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/83258>>. Acesso em: 20 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011845>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: teoria e prática**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5529>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MALLMANN, Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia; SILVA, Rodolfo dos Santos. **Estado e políticas sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439>>. Acesso em: 26 set. 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

OLIVEIRA, Aline Cardoso de; SCHUH, Clari; FREITAG, Viviane da Costa; RIBEIRO, Silvio Paula; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; CARRARO, Nilton Cezar. Doações do imposto de renda para entidades sem fins lucrativos em um município do rio grande do sul. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, p. 1-11, jul. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/5005/pdf_899>. Acesso em: 29 abr. 2020.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2014.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530977368>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e análise das demonstrações financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000740>>. Acesso em: 20 maio 2020.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Inter Saberes, 2016.

PETRINI, Maira; SCHERER, Patrícia; BACK, Léa. Modelo de negócios com impacto social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 209-225, abr. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155144607006>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

PORTULHAK, Henrique; VAZ, Patricia Villa Costa; DELAY, Albino João; PACHECO, Vicente. A Qualidade da Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor: uma análise a partir de sua relação com o comportamento dos doadores individuais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 36, n. 1, p. 45-63, 20 jan. 2017. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/31273>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013948>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

SCHEUNEMANN, Arno Vorpapel; RHEINHEIMER, Ivone. **Administração do terceiro setor**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127186>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de projeto de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975>>. Acesso em: 30 maio 2020.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não Governamentais e Terceiro Setor: criação de ongs e estratégias de atuação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022186>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

TONDOLO, Rosana da Rosa Portella; TONDOLO, Vilmar Antonio Gonçalves; CAMARGO, Maria Emilia; SARQUIS, Aléssio Bessa. Transparência no Terceiro Setor: uma proposta de construto e mensuração. **Espacios Públicos**, Toluca, v. 19, n. 47, p. 7-25, set. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67650281001>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de Evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro Setor. **Administração Pública e Gestão Social**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 85-94, 27 abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4799>>. Acesso em: 15 mai. 2020.